REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Requer informações a Sr.ª Margareth Menezes, Ministra da Cultura, no sentido de esclarecer sobre a notícia que o governo mantém uma estrutura de "filiais" na pasta, e entregou os cargos a pessoas filiadas a partidos políticos.

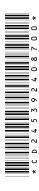
Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações a Sr.ª Ministra da Cultura, em relação a notícia que o governo mantém uma estrutura de "filiais" na pasta, e entregou os cargos a pessoas filiadas a partidos políticos.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- Qual é a justificativa para a criação dessas "filiais" do Ministério da Cultura?
- 2) Qual o respaldo legal das "filiais" e qual a sua finalidade específica?
- 3) Quais critérios foram utilizados para a nomeação dos cargos nessas filiais? Existe um processo claro e transparente de seleção? Favor enviar documentos comprobatórios!
- 4) Como o Ministério garante que a nomeação de servidores não é influenciada por vínculos partidários? Quais medidas







- estão sendo tomadas para evitar a politicagem na administração pública?
- 5) De que forma essa estrutura e as nomeações políticas podem impactar negativamente a promoção da cultura no Brasil? Quais riscos estão associados à politicização do Ministério?
- 6) Que mecanismos de transparência estão implementados para que a sociedade possa acompanhar as atividades e os gastos dessas filiais? Como o Ministério pretende prestar contas sobre a gestão desses recursos?
- 7) Que medidas estão sendo adotadas para garantir a fiscalização das ações dessas estruturas? Existe um órgão independente que monitore a atuação das "filiais"?
- 8) Como o Ministério assegura que as ações dessas filiais atendam a todos os segmentos da sociedade e não favoreçam grupos específicos, em detrimento da diversidade cultural brasileira?
- 9) Caso se confirmem as irregularidades, quais providências o Ministério está disposto a tomar para corrigir a situação e restaurar a confiança da sociedade nas suas práticas?
- 10)Há planos para rever a estrutura atual do Ministério da Cultura à luz dessas questões? Quais serão os próximos passos para garantir uma gestão mais ética e transparente?
- 11) Quem está no controle dessas indicações?
- 12)Quais qualificações estão sendo exigidas para que as pessoas sejam indicadas para os cargos?





13) Quais os resultados efetivos destes servidores nomeados?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que a senhora Ministra da Cultura entenda como relevantes, para o esclarecimento dos fatos.

JUSTIFICATIVA

Manifestamos nossa preocupação em relação à recente notícia sobre a suposta existência de "filiais" do Ministério da Cultura, bem como a entrega de cargos a pessoas vinculadas a partidos políticos. Tais informações, se confirmadas, levantam sérias questões sobre a integridade da gestão pública e o uso adequado dos recursos do Estado.

De acordo com notícias¹, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mantém uma estrutura de "filiais" do Ministério da Cultura e entregou os cargos a pessoas filiadas a partidos políticos, estão lotados 80 servidores nomeados pela gestão petista. Os escritórios, criados no início do ano passado, têm por atribuição influenciar a escolha das Organizações Não Governamentais (ONGs) que formam os comitês de cultura dos Estados. Esses comitês fazem parte de uma política nacional que, em dois anos, vai repassar R\$ 58,8 milhões para difusão cultural.

Como mostrou o Estadão, entre as ONGs escolhidas para receber dinheiro público, entidades estão ligadas a petistas e a servidores do próprio Ministério da Cultura. Também foi selecionada a organização de um empresário acusado de desviar dinheiro da cultura e outra controlada por um candidato a vereador que usou o mesmo espaço para atividades de comissão e da campanha eleitoral.

Ainda, a reportagem informa que levantamento detectou que, dos 26 cargos estaduais, 19 são coordenados por membros do PT, um por filiado ao PSB e outro por membro do PSOL. Os outros cinco não têm filiação

¹ https://www.estadao.com.br/politica/governo-criou-filiais-do-ministerio-da-cultura-e-as-deu-a-petistas-para-defesa-da-democracia/







formal, mas estão ligados a política. Além dos coordenadores parceiros, os escritórios somam mais 60 comissionados, segundos dados disponíveis no site do ministério.

Destaca-se, que a possibilidade de que uma estrutura paralela esteja operando dentro do ministério, favorecendo interesses políticos em detrimento da verdadeira promoção da cultura, é alarmante. Este cenário não apenas compromete a autonomia das ações culturais, como também fere princípios fundamentais da administração pública, como a transparência e a equidade no acesso aos bens e serviços culturais.

Ademais, a cultura é um patrimônio coletivo que deve ser protegido e promovido em sua plenitude, sem que haja espaço para favorecimentos ou práticas que coloquem em risco sua verdadeira missão.

Logo, torna-se imprescindível que as autoridades competentes realizem uma investigação minuciosa a respeito dessas alegações.

Pelo exposto, a preservação da integridade das instituições e a confiança da sociedade nos órgãos públicos, dependem da adoção de medidas que garantam a correta aplicação dos recursos e a imparcialidade na gestão cultural.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado **GUSTAVO GAYER** *PL/GO*



